

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PROPOSTA DIDÁTICA PARA O COMBATE AO ABUSO E VIOLÊNCIA SEXUAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Maria Nayara Oliveira Torres ¹
Andressa Silva de Souza ²
Maria Hyannes Silva de Souza ³
Kelly Almeida de Almeida ⁴

RESUMO

A educação sexual se torna recurso importante para o combate à violência e à exploração sexual por instruir os estudantes de forma correta e propiciar a discussão sobre questões que as/os estudantes têm curiosidade e dúvidas. Partimos do questionamento como contribuir para o combate ao abuso e violência sexual na primeira infância? Assim nos fundamentamos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (1996), Parâmetros Curriculares Nacionais –Orientação sexual (1997), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) e Base Nacional Comum Curricular (2018) para a construção da proposta. Nisso, buscamos discutir: a) conhecer o corpo; b) identificar as formas de carinhos aceitáveis e não aceitáveis; c) descobrir as pessoas de confiança em quem podemos contar quando abuso ou violência acontecer; d) apresentar leis que amparam as vítimas de abuso e violência sexual infantil; e, e) compartilhar saberes com as outras turmas da escola participante. Pretendemos com este projeto que as crianças aprendam conhecimentos básicos sobre o seu corpo, expressões de afeto saudáveis e identificar toques não saudáveis, informando sobre casos de abusos e violência sexual cometidos por pessoas estranhas e/ou próxima.

Palavras-chave: Educação sexual; Educação infantil, Abuso sexual infantil.

INTRODUÇÃO

A sexualidade se apresenta desde o nascimento e se estende por toda a vida na descoberta do prazer e de outras formas de demonstração de afetos que não se resume à reprodução ou ao ato sexual. Cada indivíduo possui peculiaridades que tem forte relação com questões históricas, sociais e culturais (BRASIL, 1997). Devendo ser essas questões levadas em consideração na educação e orientação sexual. Sendo que, discutir sexualidade se torna

¹ Graduada em Pedagogia, membro dos grupos de pesquisa FORDOC e GEPHEM e pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental (UFMA), maria.nayara@discente.ufma.br;

² Graduada em Pedagogia; andressasilva23@gmail.com;

³ Graduada em Pedagogia, membro dos grupos de pesquisa FORDOC e GEPHEM e pós-graduanda em Ensino de Língua Portuguesa e Matemática no Ensino Fundamental (UFMA), maria.hyannes@discente.ufma.br

⁴ Professora do curso de pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), coordenadora do grupo de pesquisa GEPHEM, ka.oliveira@ufma.br.



difícil, devido à concepção de que sexualidade é algo do qual não se deve falar (MOREIRA, 2018).

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) indica que na primeira etapa da Educação Básica deve ser desenvolvido nas crianças a capacidade de conhecer o seu corpo, suas potencialidades e limites. Desse modo, o tema orientação sexual tem como finalidade proporcionar aos estudantes o entendimento a respeito da diversidade sexual, bem como discutir questões sobre gênero e informações sobre a prevenção contra doenças sexualmente transmitidas, de modo que os aspectos psicológicos, sociológicos e fisiológicos sejam respeitados (BRASIL, 1997; 1998). Diante disso, surge o questionamento como a educação sexual na primeira infância pode contribuir para o combate ao abuso sexual infantil?

Em consonância na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apresenta a relevância da criança conhecer o seu corpo, respeitar os seus limites e identificar as potencialidades. Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/96 e nos documentos oficiais da educação brasileira, este trabalho visa apresentar uma proposta de ações no combate ao abuso e violência sexual infantil na Educação Infantil (BRASIL, 2019).

Para isso, é preciso que haja espaço para que as crianças possam falar de temáticas sobre as quais têm dúvidas e curiosidade, como nascimento, diferenças sexuais e reprodução. Esses assuntos precisam ser conversados da mesma forma como se explica para a criança outras funções do seu corpo e fatos da sua vida. Perguntas como "de onde eu vim?", demonstram não só o interesse da criança pelo sexo, mas revelam que ela está pensando e querendo entender onde ela começou. Quando a criança se dá conta das diferenças entre meninos e meninas quer saber que diferenças são essas e por que elas existem. A criança está assim, buscando sua história e sua origem (AGLIO; GARCIA, 1997, p.98).

REFERENCIAL TEÓRICO

No que se refere aos dispositivos legais de proteção contra os abusos infantis, temos a Constituição Federal de 1988 que responsabiliza a família, a sociedade e Estado a fim de proteger os direitos fundamentais da criança e do adolescente para evitar práticas de discriminação e violência. O parágrafo 4º estabelece que "a lei punirá severamente o abuso, violência e a exploração sexual de criança e do adolescente" (BRASIL, 1998).

Em consonância com a Constituinte, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 1990, no artigo 5º pondera "nenhuma criança e/ou adolescente será objeto de



qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado”. No ano de 2008, o ECA foi alterado para disciplinar as formas de reprodução e comercialização da pornografia infantil e outras práticas de pedofilia na internet.

Consta no Código Penal brasileiro, regido pelo Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, capítulo I, a definição e a pena para os crimes contra a liberdade sexual. No que diz respeito ao crime de violência sexual cometido contra crianças e adolescentes, o capítulo II especifica os crimes sexuais cometidos contra vulnerável tipificados como: estupro de vulnerável; corrupção de menores; exposição de menor de quatorze anos à prática sexual; destruição de conteúdo de pornografia com crianças e adolescentes e exploração sexual de menores de idade (BRASIL, 1940).

Com isso, se observa a relevância de incluir nas atividades da Educação Infantil ações voltadas ao combate ao abuso e violência sexual. Uma vez que alguns docentes apresentam ações excludentes e estereotipadas a respeito da educação sexual, bem como no tratamento para com os estudantes, essa questão indica a necessidade de formação direcionada à educação sexual para construção de uma educação sexual de acordo com o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) e Lei de diretrizes e bases da educação (BRASIL, 1996) a fim de romper com os preconceitos e discriminação no tange à orientação sexual (FURLANETTOI *et. al.* 2018).

A educação sexual se torna recurso importante para o combate à violência e à exploração sexual por instruir os estudantes de forma correta e propiciar a discussão sobre questões que as/os estudantes têm curiosidade e dúvidas. O objetivo dessa tomada de posição em relação ao gênero e à sexualidade é estender a discussão para além do que normalmente é debatido nas aulas de Ciências Naturais, que se limita a explicar a função reprodutiva e os métodos contraceptivos apenas como forma de evitar doenças sexualmente transmissíveis (BRASIL, 1997).

Na definição de Cordeiro (2006.p.04), o abuso sexual sofrido por crianças e adolescentes acontece “quando os indivíduos em formação são usados para gratificação sexual de pessoas geralmente mais velhas”. Esse abuso acontece por meio de jogos sexuais, carícias, penetração com objetos e outras práticas que despertem nas crianças e adolescentes o interesse sobre sexo. A/O agressor/a se aproveita da sua condição de adulto para satisfazer suas necessidades sexuais.



Cordeiro (2006) classifica o abuso sexual em: a) abuso sexual extrafamiliar que é o abuso sexual cometido por pessoas que não fazem parte do ambiente familiar, alguém estranho; e b) intrafamiliar, quando a/o agressor/a faz parte da família, alguém próximo do convívio da criança e/ou adolescente. As consequências do abuso sexual são físicas e psicológicas. As físicas são lesões pelo corpo tanto nas partes íntimas como nos braços, pernas ou outras partes do corpo.

As consequências psicológicas podem ser desenvolvidas nas relações interpessoais, intrapessoal, o uso de drogas lícitas e ilícitas, prostituição, baixa autoestima, rendimento escolar, dificuldades no sono, agressividade, atitudes sexuais inapropriadas, distúrbios alimentares, depressão, entre outros problemas psicossomáticos (CORDEIRO, 2006). Devido aos profissionais de saúde terem que reportar casos de suspeita de abuso e violência sexual aos órgãos competentes, os casos tem aumento substancialmente.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O trabalho se constituiu a partir de uma proposta de projeto de intervenção para a disciplina fundamentos e metodologia da educação infantil escrito durante a graduação em licenciatura em pedagogia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)/ Codó-MA, campus VII.

Dessa forma, realizamos uma revisão de literatura que contemplou a análise da legislação da educação brasileira para construir atividades que possam oportunizar a educação sexual na Educação Infantil de maneira adequada e respeitando as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), Parâmetros Curriculares Nacionais – Orientação sexual (BRASIL, 1997), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) e Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998).

Assim, a proposta de intervenção está organizada para desenvolvimento em 20 horas sendo distribuídas 4 horas semanais ao longo de cinco semanas, em que se destinado dois dias da semana, assim são 2 horas do horário de aula por dia e durante esse período será discutido a partir de cinco objetivos, respectivamente: a) conhecer o corpo; b) identificar as formas de carinhos aceitáveis e não aceitáveis; c) descobrir as pessoas de confiança em quem podemos contar quando abuso ou violência acontecer; d) apresentar leis que amparam as vítimas de abuso e violência sexual infantil; e, e) compartilhar saberes com as outras turmas da escola participante.



Os livros infantis Pipo e Fifi (2013), Não me toca, seu boboca! (2017), as músicas Cabeça, ombro, joelho e pé e O seu corpo é um tesourinho e os vídeos “Defenda-se! Conheça as expressões de carinho que são saudáveis”, Defenda-se! Sentimento do Canal Grupo Marista e “Que abuso é esse?” do canal da TV escola foram selecionados levando em consideração que a forma o tema é tratado de maneira informativa e lúdica.

Tendo em vista que as crianças ainda não estão alfabetizadas nessa etapa da educação básica se utilizou as atividade de pintura, desenho, recorte e colagem como forma de registro o que foi discutido ao longo do projeto de intervenção.

RESULTADOS ESPERADOS

O abuso sexual infantil trata-se de uma violação aos direitos fundamentais da criança que deve ser abordado deste a primeira etapa da Educação Básica. Nesse sentido, poderão ser realizadas as perguntas sobre o que são as partes do corpo? Quais partes do corpo estão cobertas por roupa? Por que não podemos mostrá-las? Como saber as partes do corpo que não podemos mostrar? Assim, é possível instigar as crianças a pensarem sobre essa temática, por meio de livros infantis que os ajudem a entender sobre o corpo, sobre as demonstrações de afeto, sobre toques aceitáveis e não aceitáveis e o que fazer se alguém fizer um “carinho” não aceitável.

Dessa forma, as atividades semanais foram organizadas da seguinte forma: Conhecendo o meu corpo: no primeiro encontro semanal antes de apresentar às crianças o tema, serão realizadas perguntas referentes à temática. Em seguida, iniciaremos a leitura do livro Pipo e Fifi, de Caroline Arcari, de 2013 da editora Caqui. A obra aborda a temática de forma lúdica, de fácil compreensão e com informações importantes contadas através dos personagens Pipo e Fifi que ajudam no combate ao abuso e à violência sexual infantil.

Na sequência, realizaremos uma roda de conversa com as crianças para que elas contem sobre o que elas acharam do Pipo e da Fifi; sobre quais crianças sabem sobre as diferenças dos corpos de Pipo e Fifi e possíveis dúvidas sobre a temática. Trabalharemos com o livro durante a primeira semana, para instigar as crianças a participarem dos debates de forma espontânea. As atividades dessa semana serão concluídas com a pintura desenho do corpo em que as crianças irão usar as cores vermelho para as partes do corpo que não gosta de receber carinho e o verde para as partes do corpo que gosta de receber carinho.

Não me toca sem minha permissão: nessa segunda semana ensinaremos sobre as partes do corpo que podem ser tocadas, as expressões de afeto e os toques saudáveis. Esta semana



será destinada à alertar sobre abusos e violência sexual praticados por pessoas estranhas e ou alguém próximo. Para isso, faremos perguntas sobre o que as crianças acham de adultos estranhos que oferecem balas para crianças? O que vocês fariam se isso acontecesse? Então, mostraremos a capa do livro “Não me toca, seu boboca!” de Andreia Viviana Taubmam, dialogando com a turma sobre ela de 2017, da editora Aletria.

Na sequência, faremos a leitura integral do livro. Concluiremos a semana com a exibição do vídeo da música “Cabeça, ombro, joelho e pé” do canal Bob Zoom e questionaremos as crianças sobre as partes do corpo que não podemos mostra e que as outras pessoas não podem tocar e finaliza a primeira semana com recorte e colagem de imagens de revistas e jornais que tenham pessoas vestidas cobrindo as partes do corpo que não podemos mostrar.

Pessoas da minha confiança: na terceira semana será usado o vídeo “Defenda-se! Conheça as expressões de carinho que são saudáveis”, do Canal Grupo Marista, que apresenta as expressões de afeto feitas por adultos em crianças. Além disso, o vídeo explica quais são saudáveis e as que não são saudáveis, reforçando a importância de contar para um adulto de confiança quando algo está errado.

Concluiremos a semana com a exibição do vídeo da música “O seu corpo é um tesourinho”, do canal resgatando a inocência que questiona as crianças sobre as partes do corpo que não podem ser mostradas e que as outras pessoas não podem tocar. Conversaremos com as crianças a respeito de como pedir ajuda quando acontecer algum abuso ou exploração sexual por pessoas próximas e/ou familiares, reafirmando que elas têm direitos e que existem leis e órgãos especiais para proteger e atender casos de abusos e exploração sexual infantil.

Conhecendo as legislação de proteção a Criança e adolescente: na quarta semana apresentar os documentos oficiais que protegem as crianças e adolescentes e criminalizam o abuso, a violência e exploração sexual. Nesse âmbito, explicaremos que as crianças têm direitos e quando algum adulto fizer algo que as machuquem de forma física e psicológica, existem leis que as amparam.

Depois fazer a roda de conversa para as crianças falarem o que pensam dessas atitudes do adulto, das crianças; se já presenciaram situação parecida ou alguém já lhe contou algo sobre abuso sexual infantil; sobre as formas que podemos ajudar alguém que possa está passando por abuso sexual? É importante nesse momento, reforçar que a criança tem o direito de dizer não, de não querer um abraço ou beijo.

Com esse propósito, utilizaremos o vídeo do *YouTube* “Defenda-se! Sentimento” do canal Grupo Marista , e depois discutir na roda de conversa sobre o que o vídeo fala e os



exemplos que são mostradas nele. Terminar a semana com o registro através pintura de instituições de proteção a criança e adolescente feitos pelos as/os estudantes sobre o que fazer quando acontecer algum abuso.

Contando a experiência no projeto: no última semana compartilharemos saberes apreendidos durante o projeto, momento em que será realizada uma exposição dos desenhos das crianças da turma na qual foi desenvolvida as ações. As outras turmas serão convidados a conhecer o projeto através dos desenhos das crianças. Apresentaremos os carinhos que as crianças gostam, e quais não gostam, de tal maneira que as crianças (as que se sentirem confortáveis para falar) irão comentar sobre quais demonstrações de afeto são saudáveis. As crianças convidadas poderão participar contando os carinhos que mais gostam e os toques que não gostam.

As crianças participantes do projeto serão convidadas a apresentarem os desenhos das pessoas de confiança e relatarão sobre a importância de terem algum adulto de confiança. Após essa atividade a professora falará sobre as leis e órgãos especiais para atendimento às crianças com a exibição do vídeo “Que abuso é esse?” do canal da TV escola do *YouTube*. As crianças serão perguntadas se elas sabiam da existência dessas leis? E se sabem como ajudar algum colega se forem vítimas de abusos por pessoas próximas e/ou familiares? Para concluir será pedido que as crianças registrem através do desenho o que entenderam do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretendemos com este projeto que as crianças aprendam conhecimentos básicos sobre o seu corpo, expressões de afeto saudáveis e identificar toques não saudáveis, informando sobre casos de abusos e violência sexual cometidos por pessoas estranhas e/ou próxima. Dessa forma, as crianças poderão saber como reagir diante de abusos e violência sexual, assim como relatar quando presenciar algum abuso e violência sexual infantil sofrida por outras crianças, bem como saber que existem legislação e órgãos que asseguram os direitos e sua proteção em casos de abuso e violência sexual infantil.

De acordo com dados do levantamento realizado de 2017 à 2020 do Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, a maioria do casos de violencia sexual infantil ocorre dentro do ambiente familiar e com pessoas conhecidas da vítimas sendo que, 62 mil, dos casos registrados, são de crianças com até 10 anos de idade



(UNICEF, 2021). O Brasil ocupa a posição de segundo país no mundo com mais casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes (SENADO, 2022).

No site oficial do Ministério Público do Paraná se discute sobre o alto índice de casos de violência sexual infantil. A educação sexual é uma caminho importante para a prevenção e combate à violência sexual de crianças e adolescentes. Tem essa temática presente nos currículos de Educação Infantil não significa dar aula de como ter relações sexuais, mas de conhecer e respeitar o próprio corpo, porque “a vítima de abuso precisa de informação. Precisa saber reagir, contar, dialogar, e não ser silenciada. Caso contrário, ela é silenciada duas vezes: pelo abusador e pela política pública, que determina que não se fale sobre o assunto” (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2020).

Maia et. al. (2012, p. 153) explica que “Essa educação, orientada por conhecimentos científicos acerca da temática da sexualidade, deve abranger a ludicidade, o prazer”. A educação sexual na escola deve ser desenvolvida de forma adequada ao estabelecido na legislação da educação brasileira. É preciso que as atividades sejam pensadas para possibilitar aos estudantes os conhecimentos de sexualidade sem reproduzir preconceitos e estereótipos que instruem as/os estudantes sobre identificar e proceder em caso de abuso e violência sexual infantil. Portanto, a partir do projeto, as crianças apreenderão de forma lúdica, com linguagem adequada e conteúdo apropriado (JARDIM; BRÊTAS, 2006).

AGRADECIMENTOS

Ao grupo de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisas sobre História e Educação de Mulheres (GEPHEM) e a Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

REFERÊNCIAS

ARCARI, C. Pipo e Fifi. *Ensinado Proteção Contra a Violência Sexual na Infância*. Caqui. Rio de Janeiro. 2018.

AGLIO, D. D. D. e GARCIA, A. C. L. Uma experiência de educação sexual na pré-escola. *Paidéia*, n.12-13. Ribeirão Preto. 1997.

BRASIL. Lei 2.848. **Código Penal brasileira**. Brasília, DF: Senado Federal. 1940.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal. 1988.



BRASIL. **Lei 8.069 Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília, DF: Senado Federal. 1990.

BRASIL. **Lei 9.394. Diretrizes e bases da educação brasileira.** Brasília, DF: Senado Federal. 1997.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: Senado Federal. 2018.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional da educação infantil.** v. 1. Brasília, DF: Senado Federal. 1998.

CORDEIRO, F. de A. **Aprendendo a prevenir:** Orientações para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. Promotoria de justiça de defesa da infância e da juventude. Brasília, 2006.

FÜRLLENATTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. da, MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cadernos de pesquisa.** v.48 n.168. 2018.

JARDIM, D. P. e BRÊTAS, J. R. da S Orientação sexual na escola: a concepção dos professores de Jandira - SP. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Jardim DP, Brêtas. 2006.

MAIA, A. C. B.; EIDT, N. M.; TERRA, B. M. e MAIA, G. L. Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Estudo,** v. 17, n. 1. Maringá, 2012.

MINISTÉRIO PÚBLICA DO PARANÁ. **Estatísticas: Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora.** Ministério Pública Do Paraná MPPR. Paraná, 2020.

MORREIRA, D. de M.; **Sexualidade das crianças pequenas e educação infantil:** desafios emergenciais em tempos de censura. Trabalhos de conclusão de curso, graduação em pedagogia. Universidade Federal do São Paulo, 2020.

UNICEF. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil.** Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Brasil. 2021.

TAUBMAM, A. V. **Não me toca, seu boboca!**. Aletria. Minas Gerais. 2017.